



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0146/2018 - GMS 0745/2018.

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DE MODO A ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO, QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E A EMPRESA VENTISOL DA AMAZONIA INDÚSTRIA DE APARELHOS ELETRICOS LTDA.

CONTRATO Nº 14.136.543-6

CONTRATANTE: O ESTADO DO PARANÁ, através da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, inscrito no CNPJ sob n.º 76.416.932/0001-81, com sede localizada junto à Rua Deputado Mário de Barros, n.º 1.290, Centro Cívico, CEP: 80.530-280, Centro Cívico, Curitiba/PR, neste ato representada pelo senhor **JULIO CEZAR DOS REIS** nomeado pelo decreto nº 8.735 de 05 de fevereiro 2018.

CONTRATADA: VENTISOL DA AMAZONIA INDÚSTRIA DE APARELHOS ELETRICOS LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 17.417.928/0001-79, com sede na Rua Azaléia, 2.421, Bairro Distrito Industrial II, Manaus/AM, CEP 69.075-845, neste ato representado por **MARINA DE FÁTIMA PLAÇA RIBEIRO**, inscrito no CPF sob o nº. 225.585.028-16, portadora da carteira de identidade nº RG 25.821.069-2 SSP/SP, residente e domiciliado na Avenida das Nações Unidas, 18.801, Conjunto 813, São Paulo/SP, CEP 04795-100.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a aquisição de aparelhos de ar condicionado, a fim de atender às necessidades do Departamento Penitenciário, conforme descrito no Termo de Referência.

LOTE	UNID	QUANT	DESCRIPTIVO	MENOR PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	und	158	Ar condicionado, Split 12.000 BTU's, INFORMAÇÕES GERAIS: quente e frio – constituído de unidade evaporadora (interna), controle remoto (sem fio) para operar alteração de temperatura, velocidade e direção do fluxo de ar – baixo nível de ruído – utilização de gás refrigerante R-410-A, trabalhando em conjunto com unidade	1.075,94	169.998,52



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0146/2018 - GMS 0745/2018.

			condensadora (externa) com descarga horizontal e baixo nível de ruído, válvulas de serviço na descarga de sucção, gabinete resistente a ação do tempo, UNID. DE MEDIDA: Unitário		
03	und	25	Ar condicionado, Split 18.000 BTU's, INFORMAÇÕES GERAIS: quente e frio – constituído de unidade evaporadora (interna), controle remoto (sem fio) para operar alteração de temperatura, velocidade e direção do fluxo de ar – baixo nível de ruído – utilização de gás refrigerante R-410-A, trabalhando em conjunto com unidade condensadora (externa) com descarga horizontal e baixo nível de ruído, válvulas de serviço na descarga de sucção, gabinete resistente a ação do tempo, UNID. DE MEDIDA: Unitário	1.700,00	42.500,00
TOTAL					212.498,52

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico nº 275/2017, objeto do processo administrativo n.º 14.136.543-6, com homologação publicada no Diário Oficial do Estado nº 10109, de 16/01/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE FORNECIMENTO:

Os bens deverão ser fornecidos de forma integral e em parcela única, nos termos do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de **R\$ 212.498,52 (duzentos e doze mil quatrocentos e noventa e oito reais e cinquenta e dois centavos)**.

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao servidor **ALLYSON DE OLIVEIRA**, RG: 7.839.923-6, CPF: 036.827.299-09, cargo/função: Agente Penitenciário / Chefe do Grupo Auxiliar de Planejamento - GAP/DEPEN, conforme item 5.3 deste Contrato, o qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 72 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0146/2018 - GMS 0745/2018.

5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao servidor **ISAIAS DA SILVA NOGUEIRA**, RG 8.171.355-3, CPF: 661.388.095-72, cargo/função: Agente Penitenciário, conforme o item 5.3 deste, o qual será responsável pelas atribuições definidas nos art. 73 e 74 do Decreto Estadual nº 4.993/2016.

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por Portaria da Contratante.

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

6.1 Os bens deverão ser entregues no local (conforme tabela), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

LOTE 01		
CCM	Estrada Velha para Paiçandu, 2704 - Gleba Ribeirão Colombo -Caixa Postal 1.100 - Maringá / PR Fone: (44) 3293-9100 CEP: 87001-970 - E-mail: ccm.depen@depen.pr.gov.br Diretor: João Victor Toshiaki Ferreira Fujimoto Assistente: Gilson Marcio Fernandes	4
PEM	Estrada Velha para Paiçandu - Gleba Ribeirão Colombo - Maringá / PR Fone: (44) 3293-9200 - Fax: (44) 3293-9101/3293-9235 CEP: 87065-130 - E-mail: pem@depen.pr.gov.br Diretor: Vaine Gomes Assistente: Osvaldo Messias Machado	4
CPIM	Estrada Velha para Paiçandu, 2812 - Maringá / PR Fone: (44) 3220-9400, (PABX-FAX) 3220-9450 CEP: 87140-000 E-mail: cpimaringa@depen.pr.gov.br Diretor: Rafael Alberto Kawanishi Martins - Assistente: Paulo Rafael Marques	4
PEF	Av. Mercúrio, 850 - Pq. Três Fronteiras - Foz do Iguaçu / PR Fone: (45)3520-1400 - Fax: (45) 2102-8100 CEP: 85859-675 - E-mail: pef@depen.pr.gov.br Diretor: Willian Vieira Costa Zonatto Assistente: Marcelo Vendramini Esquincalia	4
PEF II	Av. Mercúrio 580, Pq. Três Fronteiras - Foz do Iguaçu / PR Fone: (45) 3576-1800 - FAX: (45)3576-1833 CEP: 85859-675 - E-mail: pefoz2@depen.pr.gov.br Diretor: Mozart David Vallim Zimmermann Assistente: Rademark Silva Noronha	4
CPLN	Rua Netuno, 182 - Bairro Três Fronteiras - Foz do Iguaçu – PR . Fone: (45) 3526-3695 CEP: 85.859-676 E-mail: depen-cpln@depen.pr.gov.br Diretor: Cássio Rodrigo Pompeo Assistente: Alexandre Kraus Rodrigues	4
PEC	Rodovia BR-277 - KM 579 - Área Industrial - Cascavel / PR Fone: (45) 3218-0950 CEP: 85818-560 - E-mail: diprompec@depen.pr.gov.br Diretor: Rene Maciel Wizoski Fernandes Assistente: Fábio Alberto Caetano	4
PIC	Rodovia BR-277 - KM 579 - Área Industrial - Cascavel / PR Fone: (45) 3219-4300 - Fax: (45) 3219-4330 CEP: 85818-560 - Caixa Postal 10 - E-mail: pic@depen.pr.gov.br Diretor: Valdecir Glalik Alves Assistente: Leandro Dias Occaso	4



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0146/2018 - GMS 0745/2018.

PECO	Rua Santo André, 310 - Jardim Brasil - Cruzeiro do Oeste / PR Fone: (44) 3676-8800 CEP: 87400-000 Diretor: Arnobe Lemes dos Reis Assistente: Rodrigo Fardin	5
PFB	Rodovia PR-483 - Km 12 - Francisco Beltrão / PR Fone: (46) 3520-3100 CEP: 85601-970 Diretor: Antonio Marcos Camargo de Andrade Assistente: Marcio Roberto Iansen	4
CPHSPG	Rua João Gualberto, s/n, Colônia Dona Luiza. Ponta Grossa/PR CEP 84.046-070. email: cppg.depen@depen.pr.gov.br Fone/Fax: (42) 3223-7467, (42) 3229-2030 Diretor: Bruno José Propst. Assistente: Rodrigo Aristeu Furman de Freitas.	5
PEPG	Rua Baturai, s/n - Colônia Dona Luiza - Ponta Grossa / PR Fone : (42) 3219-7400 - Fax (42) 3219-7418 CEP: 84043-190 - E-mail: pepg@depen.pr.gov.br Diretor: Luiz Francisco da Silveira Assistente: Mauricio Ferracini dos Santos	5
CRAPG	Rua Baturai, s/n - Colônia Dona Luiza - Ponta Grossa / PR Fone: (42) 3219-7400 - Fax 3219-7418 CEP 84043-190 - E-mail: rapg@depen.pr.gov.br Diretor: Luiz Francisco da Silveira Assistente: Mauricio Ferracini dos Santos	4
PIG	Rua Dário Borges de Lis, 439 - B. São Cristóvão - Guarapuava / PR Fone: (42) 3621-0200 - Fax: (42) 3621-0218 CEP: 85063-48 - Caixa Postal 214 - E-mail: pig@depen.pr.gov.br Diretor: Renato Silvestri Assistente: Luiz Gustavo Geraldo	4
CRAG	Rua Flávio Correia dos Santos, 400 - Guarapuava / PR Fone: (42) 3629-8400 CEP: 85053-390- E-mail: craguarapuava@depen.pr.gov.br Diretor: Américo Dias Pereira Assistente: Arthur André Fontes Campelo	4
CCC	Rua José Cheinfert, S/N - CIC - Curitiba / PR Fone: (41) 3614-2800 Caixa postal 8871 - CEP: 80611-970 - E-mail: ccc@depen.pr.gov.br Diretor: Samuel Jose da Silva Moreira Assistente: Thiago Manrich Rubin	4
CCSJP	Rua Sebastiana Santana Fraga, 427 - Guatupê - São José dos Pinhais / PR Fone (41) 3299-4100 CEP: 83060-500 - E-mail: cdpsjp@depen.pr.gov.br Diretor: Lucio Olider Micheline Assistente: Luiz Aguilar Benevenuto	4
PCEF	Avenida das Palmeiras s/n - Piraquara / PR Fone: (41) 3589-5053 CEP: 83302-240 - E- mail: pcef.depen@depen.pr.gov.br Diretor: Cinthia Maria Mattar Bernardelli Dias Assistente: Ananda Chalegre dos Santos	4
PFP	Avenida das Palmeiras s/n- Piraquara / PR Fone: (41) 3589-8451 - Fax: (41) 3589-8444 e 3589-8466 CEP: 83301-970 - Caixa Postal 76 - E-mail: pfp@depen.pr.gov.br Diretora: Rita de Cássia Rodrigues Costa Naumann Assistente: Sandra Rocha Loures Ramos	4
PEP	Avenida das Palmeiras, s/n - Piraquara / PR Fone: (41) 3589-8500 - Fax: (41) 3525-8611 CEP: 83301-970 - E-mail: pep@depen.pr.gov.br Diretor: Adilson Leoni Assistente: Lourenço Paião da Silva	4
PEP II	Rua Ezidio Alves Ribeiro, s/n - Piraquara / PR Fone: (41) 3901-8000 CEP: 83301-970 - E- mail: pep2.depen@depen.pr.gov.br Diretor: Aclínio José do Amaral Assistente: Carlos Alberto de Oliveira	5
CPAI	Avenida Brasília s/n - Piraquara / PR Fone: (41) 3589-8647 - Fax: (41) 3673-1321 CEP: 83301-970 - E-mail: cpa@depen.pr.gov.br Diretor: Ismael Salgueiro Meira Assistente: Blacito Sampaio	5
CCP	Avenida das palmeiras, s/n Piraquara/Pr Fone: (41) 3589-8300 - Fax: (41) 3589-8333 Plantão (41) 3589-8313 / 8348 / 8328 Atendimento Advogados: (41) 3589-8315 CEP: 83301-970- E-mail: cot@depen.pr.gov.br Diretor: Edinilson Rodrigues da Rocha Assistente: Gustavo Almeida Prado	5



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0146/2018 - GMS 0745/2018.**

CMP	Avenida Ivone Pimentel s/n - Canguiri - Pinhais / PR Fone: (41) 3661-3000 - Fax: (41) 3661-3014 Caixa Postal 121 - CEP: 83320-000 - E-mail: cmp@depen.pr.gov.br Diretor : Jeferson Medeiros Walkiu Assistente: Jefferson Jose Pires	10
DEPEN	Almoxarifado do Grupo Auxiliar Administrativo - GAA/DEPEN, sito a Avenida das Palmeiras s/n – CEP: 83302-240 -Complexo Penitenciário- Piraquara – Paraná	50

LOTE 03

DEPEN	Almoxarifado do Grupo Auxiliar Administrativo - GAA/DEPEN, sito a Avenida das Palmeiras s/n – CEP: 83302-240 -Complexo Penitenciário- Piraquara – Paraná	25
--------------	--	----

6.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 05(cinco) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no termo de referência.

6.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 30 (trinta) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

6.4 O **CONTRATANTE** devolverá o(s) item(ns) ou unidade(s) que não for(em) aceito(s) em razão de defeito(s) ou que não estiver(em) de acordo com a proposta ou com o edital, tendo o Contratado o prazo de até 05 (cinco) dias para substituí-lo(s).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FONTE DE RECURSOS:

7.1 A despesa correrá por conta da dotação orçamentária 3917.06421134.383, Gestão do Sistema Penitenciário, elemento de despesa 4490.52 – equipamentos e material permanente, fonte 125.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA:

8.1 O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO:

9.1 Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal atestada e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido pelo Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal (inclusive quanto às Contribuições Previdenciárias), Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS e a negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0146/2018 - GMS 0745/2018.**

9.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

9.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

10.1 As partes obrigam-se a adotar todas as providências para a fiel execução deste Contrato.

10.2 O(A) CONTRATADO(A) obriga-se especialmente a:

10.2.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, quando couber, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.2.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990);

10.2.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.2.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.5 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

10.2.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.2.7 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0146/2018 - GMS 0745/2018.**

10.2.8 Além das obrigações constantes na presente cláusula, fica a **CONTRATADA** obrigada a cumprir com as obrigações descritas no Anexo I do Edital (Termo de Referência).

10.3 O CONTRATANTE obriga-se a:

10.3.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

10.3.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.3.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.3.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.3.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.3.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;

10.3.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.3.8 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10.3.9 Além das obrigações constantes na presente cláusula, fica a **CONTRATANTE** obrigada a cumprir com as obrigações descritas no Anexo I do Edital (Termo de Referência).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DA EXECUÇÃO:

11.1 A garantia deverá ser prestada no prazo de até 10 (dez) dias após assinatura deste instrumento, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

11.2 A inobservância do prazo do item 11.1 acarretará a aplicação de multa de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) do valor do contrato por dia de atraso até o máximo de 2% (dois por cento).

11.3 O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação da garantia configura inadimplência total e implica a imediata rescisão do contrato.

11.4 A garantia deverá vigorar até 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência do contrato e deverá ser readequada no prazo máximo de 10 (dez) dias sempre que houver revisão de preços ou acréscimo contratual, de forma a preservar a proporcionalidade estabelecida no item 11.1.

11.5 A garantia poderá ser oferecida em qualquer das modalidades previstas no art. 102 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0146/2018 - GMS 0745/2018.**

11.6 A fiança bancária só será admitida com expressa renúncia do benefício de ordem de que trata o art. 827 do Código Civil.

11.7 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento total ou parcial do objeto do contrato, inclusive da mora;
- b) prejuízos diretos e indiretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou de dolo, durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada.

11.8 A garantia será devolvida ao final do prazo estipulado no item 11.4, após a verificação, pela Contratante, de que o contrato tenha sido integralmente cumprido.

11.9 A instauração de processo administrativo em desfavor do Contratado, para apurar falta na execução do contrato, impede a devolução da garantia até a decisão final.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS PENALIDADES:

12.1 O contratado que incorra em infrações, sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- e) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

12.2 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” do item anterior poderão ser aplicadas ao adjudicatário e ao contratado, cumulativamente com a multa.

12.3 Advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

12.4 A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, será aplicada a quem:

- a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório;
- b) não mantiver sua proposta;
- c) apresentar declaração falsa;
- d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento.

12.5 A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou foi arrematante, será aplicada a quem:



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0146/2018 - GMS 0745/2018.**

- a) apresentar documento falso;
- b) de forma injustificada, deixar de assinar o contrato ou instrumento equivalente;
- c) foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

12.6 Multa de mora diária de até 0,3% (zero vírgula três por cento), calculada sobre o valor global do contrato, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega do objeto contratual; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será cabível a multa compensatória prevista no item 12.7.

12.7 A multa, de 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, será aplicada no caso de inexecução total ou parcial do contrato.

12.8 A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, será aplicada ao licitante que:

- a) abandonar a execução do contrato;
- b) incorrer em inexecução contratual.

12.9 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicada a quem:

- a) fizer declaração falsa na fase de habilitação;
- b) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- c) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- e) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- f) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial, infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 12.529/2011;
- g) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

12.10 O impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicado a quem:

- a) recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no edital;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0146/2018 - GMS 0745/2018.**

- e) não manter a proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo, fora das hipóteses da cláusula 12.9;
- h) cometer fraude fiscal.

12.11 A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor as penalidades previstas no item 12.1, alíneas “c”, “d” e “e”.

12.12 Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:

- a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- b) às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

12.13 Na aplicação das sanções, a Administração observará as seguintes circunstâncias:

- a) proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
- b) os danos resultantes da infração;
- c) situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;
- d) reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior; e
- e) circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

12.14 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Estadual nº 15.608/2007, da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal nº 8.666/1993.

12.15 Sem prejuízo das penalidades previstas nas cláusulas anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto Estadual nº 10.271/2014.

12.16 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

12.17 Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão efetivamente aplicadas após instauração de regular processo administrativo.

12.18 Após decisão definitiva proferida no processo administrativo, as multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta do Contratante, no prazo de 05 (cinco)



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0146/2018 - GMS 0745/2018.**

dias úteis a contar da data da notificação, sob pena de seu valor ser descontado da garantia do contrato ou do documento de cobrança, na ocasião do pagamento, podendo, ainda, ser exigida judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CASOS DE RESCISÃO:

13.1 O presente instrumento poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII a XX do art. 129 da Lei Estadual n.º 15.608/2007;
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração; ou
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

13.2 No caso de rescisão amigável, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

13.3 Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

13.4 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

14.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas no art. 112 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

14.1.1 O Contratado está obrigado a aceitar acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

14.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0146/2018 - GMS 0745/2018.**

15.2 Este contrato é regido pela Lei Estadual n.º 15.608/2007, pela Lei Federal n.º 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n.º 8.666/1993 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

15.3 A Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

15.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 23 de MAIO de 2018

**JULIO CEZAR DOS REIS
SECRETARIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA**

**MARINA DE FATIMA PLAÇA RIBEIRO
VENTISOL DA AMAZONIA INDÚSTRIA DE APARELHOS ELETRICOS LTDA**

TESTEMUNHA 1:

Lidiam Gomes Vieira
Nº. 30.511.893-6

TESTEMUNHA 2:

Caio Rodrigo S. Silva
42365607-7